

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 2.448, DE 2022

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para dispor sobre a proteção das vítimas em casos de assédio e importunação sexual ocorridas em estádios de futebol.

Autora: Deputada SÂMIA BOMFIM

Relatora: Deputada HELENA LIMA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.448, de 2022, de autoria da Deputada Sâmia Bonfim, pretende alterar o Estatuto de Defesa do Torcedor – Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 –, para dispor sobre a proteção das vítimas em casos de assédio e importunação sexual ocorridas em estádios de futebol, prevendo a responsabilização dos responsáveis pelo assédio e pela importunação sexual.

A proposição determina que o assédio sexual e a violência contra a mulher em recintos esportivos são de responsabilidade compartilhada do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores, inclusive de seus respectivos dirigentes.

Para concretizar essa proteção, a entidade de prática desportiva detentora do mando do evento deverá colocar à disposição do torcedor orientadores, serviço de atendimento e informativos de incentivo à denúncia para que aquele que tiver passado por situações de assédio ou importunação sexual encaminhe suas reclamações no momento da partida.



A tramitação dá-se conforme o art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sendo conclusiva a apreciação do mérito pela Comissão do Esporte (CESPO) e pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Cabe, ainda, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, nos termos do art. 54, do RICD.

Transcorrido o prazo regimental em 30/03/2023, a proposição não recebeu emendas na Comissão do Esporte.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor) representou significativo avanço no que se refere à prevenção e ao combate à violência em eventos esportivos, constituindo-se em um dos marcos regulatórios mundiais mais modernos acerca do tema. No entanto, esse avanço legislativo e institucional não impediu que episódios de assédio e importunação sexual contra mulheres em eventos esportivos ocorram dentro e nas intermediações de estádios e ginásios brasileiros.

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Sâmia Bonfim, objetiva aprimorar o Estatuto do Torcedor, para garantir tratamento especial às torcedoras vítimas de qualquer tipo de violência em nossos recintos esportivos. Dessa forma, concordamos com a autora em sua justificação:

“Mesmo sendo maioria na sociedade, muitas das vezes as mulheres têm seu direito de ir e vir em segurança descumprido. Infelizmente, a participação em eventos esportivos, em especial, em estádios de futebol, tem sido um exemplo disso. Como o caso emblemático da jovem torcedora que foi beijada a força no Mineirão logo após o retorno dos jogos na Pandemia, muitas mulheres torcedoras não possuem um canal especializado no acolhimento e envio de denúncias; desamparadas, quando



passam por episódios semelhantes, deixam de ir aos estádios por medo e insegurança”.

Entendemos que a obrigatoriedade de disponibilização, pelas entidades que organizam o evento esportivo, de serviço de atendimento e informativos de incentivo à denúncia para que os que passem por situações de assédio ou importunação sexual encaminhem suas reclamações no momento da partida, será fundamental para a democratização do acesso às arenas esportivas e para a maior participação de famílias nesses eventos.

Pelo exposto, e por defendermos o aprimoramento da segurança das mulheres nos eventos esportivos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.448, de 2022.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada HELENA LIMA
Relatora

2023-3162

